

Acabar com o assédio é bom para a economia

[Christine Lagarde](#), [Corinne Deléchat](#) e [Monique Newiak](#)

5 de março de 2018



Mulheres que vivem em países com maior proteção contra o assédio, inclusive no trabalho, têm mais facilidade de abrir uma conta bancária, obter empréstimos e poupar e utilizar serviços financeiros como pagamentos móveis (iStock by Getty Images).

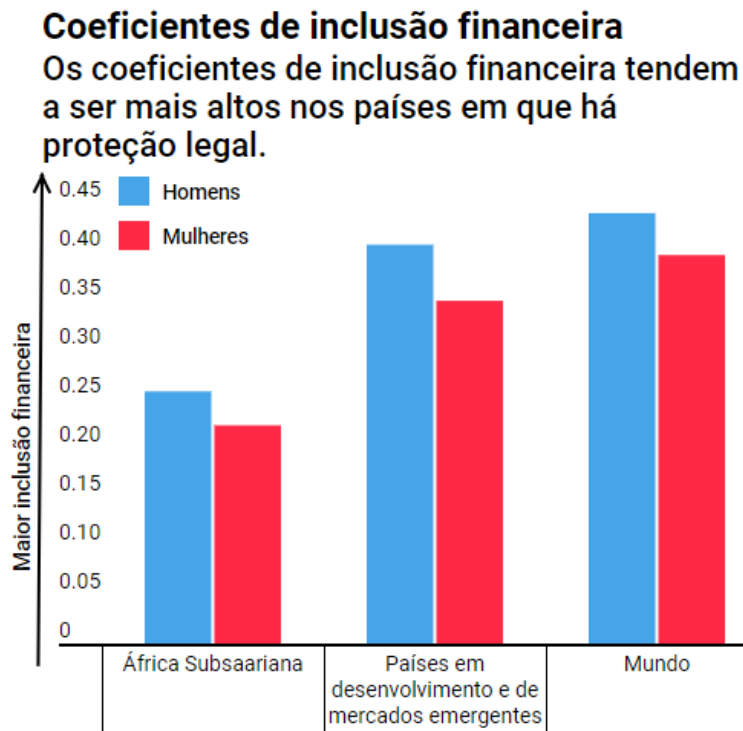
Este Dia Internacional da Mulher traz novos apelos por mais ações para garantir avanços rumo à paridade de gênero. Dar às mulheres e meninas a oportunidade de terem sucesso não é apenas uma questão de fazer o que é certo — pode também transformar sociedades e economias. Libertar esse potencial transformador significa promover oportunidades mais igualitárias: por exemplo, a igualdade de direitos legais para homens e mulheres e a igualdade de acesso à educação, à saúde e às finanças. Igualmente importante é a questão fundamental de garantir um ambiente seguro para todos, inclusive com a proteção contra o assédio.

Nossa mensagem é clara: assegurar a proteção jurídica contra o assédio sexual cria um ambiente em que as mulheres têm mais chances de serem econômica e financeiramente ativas.

Um novo estudo do FMI sobre os fatores por trás da inclusão financeira feminina nos países (*“What is Driving Women’s Financial Inclusion Across Countries?”*) mostra que, de fato, existe um vínculo entre o acesso financeiro e a proteção contra o assédio. Analisamos empiricamente essa conexão em levantamentos em mais de 140 países, envolvendo mil pessoas em cada país.

Segurança jurídica e inclusão financeira

As mulheres têm menor probabilidade de terem acesso a serviços financeiros do que os homens, sobretudo nos mercados emergentes e em desenvolvimento, onde os coeficientes de inclusão financeira das mulheres são cerca de 14% inferiores aos dos homens (ver gráfico).



Fontes: Findex e cálculos do corpo técnico do FMI.



Assim, nosso estudo examinou o que determina o acesso a serviços financeiros no caso específico das mulheres. Descobrimos que as mulheres que vivem em países com maior proteção contra o assédio, inclusive no trabalho, têm mais facilidade de abrir uma conta bancária, obter empréstimos e poupar e utilizar serviços financeiros como pagamentos móveis.

Esses vínculos são poderosos. Para uma mulher comum que vive em um país em desenvolvimento ou de mercado emergente, o acesso financeiro é quase 16% maior — ou seja, os coeficientes de inclusão financeira são mais elevados — quando existe proteção jurídica. Já no caso da mulher comum na África Subsaariana, esse número é quase 25% maior. Eliminar o assédio e ampliar o acesso das mulheres aos serviços financeiros pode transformar vidas.

Mas os benefícios não param por aí. Promover a igualdade de oportunidades pode virar o jogo econômico. A ampliação do acesso financeiro significa mais atividade econômica por parte das mulheres, inclusive como empreendedoras. Isso se traduz no aumento do crescimento econômico e da produtividade, em uma distribuição de renda mais igualitária, em lucros maiores para as empresas e em maior estabilidade econômica.

Lacunas significativas na proteção jurídica

Nosso estudo mostra claramente que proteger as mulheres contra o assédio pode desencadear benefícios econômicos em várias dimensões. Trata-se também de uma questão moral, como destacou o movimento #metoo, ao mostrar que o assédio sexual era generalizado em muitos países. É compreensível a indignação que eclodiu em muitas partes do mundo.

Essas discussões são importantes e mais do que oportunas, mas são apenas a ponta do iceberg. Uma [base de dados](#) e [relatórios](#) detalhados do Banco Mundial mostram que:

- Em 2017, quase 290 milhões de mulheres adultas não tinham o amparo da lei contra o assédio sexual e mais de 360 milhões de mulheres não tinham proteção contra o assédio no trabalho.
- As brechas na legislação se estendem ao lar. Em quase um quarto dos países, não há proteção contra a violência doméstica.
- A falta de proteção legal afeta as meninas desde cedo. Em alguns países, a idade legal para o casamento é diferente para homens e mulheres, e quase 100 milhões de meninas não estão suficientemente protegidas por lei contra o casamento infantil.

Não basta mudar as leis, é preciso assegurar que elas sejam cumpridas. Outras políticas também são importantes, e os governos podem começar a agir agora mesmo. A política fiscal, por exemplo, pode desempenhar um papel maior por meio de investimentos na segurança dos transportes e em infraestruturas de saneamento básico para mulheres e meninas, bem como em apoio às vítimas da violência de gênero.

Manter o compromisso

Juntamente com os nossos parceiros, o FMI está empenhado em trabalhar com os governos de todo o mundo para identificar políticas que ajudem as mulheres a realizar seu potencial. Além do [trabalho analítico](#) sobre a macroeconomia de gênero, o FMI está ampliando sua análise e

assessoria aos países nessa área. Já estudamos e prestamos assessoria sobre questões de igualdade de gênero em cerca de um sexto dos nossos 189 países membros. As questões são multifacetadas, como também devem ser as políticas para enfrentá-las.

Nesta semana, publicamos um estudo sobre a Nigéria mostrando que a redução da desigualdade de gênero poderia aumentar o crescimento do PIB real em uma média de 1¼ ponto percentual ao ano. Recomendamos uma série de medidas, como o fortalecimento e aplicação dos direitos legais; o aumento do investimento em infraestrutura, saúde e educação; e políticas para ajudar a reduzir a violência contra a mulher. Nossa assessoria às economias avançadas também destaca a necessidade de políticas para ajudar a mulher a participar da economia, inclusive com uma licença parental bem formulada, cuidados infantis acessíveis e de qualidade e políticas fiscais que não punam os assalariados secundários. E os programas apoiados pelo FMI no Egito e no Níger preveem medidas para dar autonomia econômica às mulheres, como investimentos em creches públicas e a melhoria da segurança nos transportes públicos.

Não basta falar sobre a igualdade de gênero no Dia Internacional da Mulher. Precisamos continuar a trabalhar para resolver essa questão e mantê-la no topo da agenda de políticas ao longo do ano.

Prometemos que continuaremos a cumprir nossa parte.



Christine Lagarde é Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional. Após cumprir seu primeiro mandato de cinco anos, foi nomeada para um segundo mandato em julho de 2016. Cidadã francesa, foi Ministra das Finanças da França de junho de 2007 a julho de 2011, tendo servido também como Ministra de Estado de Comércio Exterior por dois anos.

Christine Lagarde teve uma extensa e notável carreira como advogada especializada em direito concorrencial e trabalhista. Foi sócia do escritório de advocacia internacional Baker & McKenzie, do qual foi eleita presidente em outubro de 1999. Ocupou o cargo máximo do escritório até junho de 2005, quando foi indicada para sua primeira pasta ministerial na França. É formada pelo Instituto de Ciências Políticas (IEP) e pela Faculdade de Direito da Universidade Paris X, onde lecionou antes de ingressar no Baker & McKenzie em 1981.



Corinne Deléchat é Chefe de Divisão no Departamento da África do FMI, onde lidera missões a Camarões e supervisiona um grupo de cinco países da África Central. Durante sua carreira no Fundo, atuando em três departamentos, trabalhou diretamente com uma série de países de baixa e média renda e esteve envolvida com a assistência prestada pelo FMI ao Haiti após o terremoto de 2010 e à Libéria durante a crise do Ebola em 2014, além de vários outros assuntos ligados aos setores financeiro e

externo. Antes de ingressar no FMI em 2000, foi economista sênior do Ministério da Economia da Suíça, onde era responsável pela assistência bilateral a um grupo de países de baixa renda, e da OECD.

Corinne Deléchat é mestre e doutora em Economia pela Georgetown University e mestre em Economia Internacional pelo Graduate Institute of International Studies de Genebra.



Monique Newiak é economista na Divisão de Estudos Regionais do Departamento da África do FMI. Seu trabalho com países se concentra em países anglófonos e francófonos da África Ocidental, como Gana e membros da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Antes de ingressar no Departamento da África, trabalhou no Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI, em questões relacionadas ao emprego e ao crescimento, à condicionalidade dos programas e ao comércio.

Monique Newiak é doutora em Economia pela Universidade Ludwig-Maximilians de Munique e mestre em Administração de Empresas e Economia. Seus estudos e publicações têm como temas a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a economia de gênero e a economia monetária.